

223 Bloqueio de dinheiro desmente discursos

Documento elaborado pelo Conselho Nacional de Saúde afirma que em 1997 (ano da saúde) o setor não está tendo o aumento de investimentos apontado pelo presidente Fernando Henrique em Uberlândia (MG). O orçamento deste ano, que seria de R\$ 20,4 bilhões, caiu para R\$ 19,1 bilhões com o contingenciamento (bloqueio) imposto pela área econômica.

O antecessor do ministro Carlos Albuquerque, o cirurgião cardíaco

Adib Jatene, também sustenta que para se manter o valor real do que foi gasto em 1995 (R\$ 14,8 bilhões) o governo teria de aplicar em 1997 pouco mais de R\$ 22 bilhões. Conforme Jatene, se for mantido o repasse de R\$ 19,1 bilhões, o Ministério da Saúde receberá, em valor real, R\$ 3 bilhões a menos.

O grande problema é que tanto o Ministério da Saúde quanto os parlamentares imaginavam que após a

aprovação da CPMF haveria aumento dos investimentos na área. Mas apesar de a CPMF — que *garfa* 0,20% sobre o valor de cada cheque emitido no país — estar arrecadando R\$ 1,4 bilhão além da expectativa, a área econômica contingenciou R\$ 1,3 bilhão. Além disso, o dinheiro de outras fontes que compõem o orçamento da saúde vem sendo desviado, e a CPMF é usada para tapar este buraco.

“Não há justificativa para o con-

tingenciamento de R\$ 1,3 bilhão quando a CPMF está produzindo uma receita adicional de R\$ 1,4 bilhão”, critica o presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), José Rafael Guerra.

A proposta de orçamento para 1998 também sugere problemas. O valor é R\$ 3,7 bilhões menor que o proposto pelo Conselho Nacional de Saúde — R\$ 22,8 bilhões. Segundo o Conass, a proposta desrespeita o artigo 37 da Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1998, pelo qual o orçamento da saúde para o próximo ano não poderá ser menor do que o de 1997.

“O Conass considera inaceitável uma proposta orçamentária com R\$ 1,3 bilhão a menos que o orçamento deste ano, o que contraria a LDO”, diz um dos trechos do documento do Conselho Nacional de Saúde que está sendo distribuído a deputados e senadores.